

## PERFIL DE PROJETO

### BRASIL

#### I. DADOS BÁSICOS

<b>Título do Projeto:</b>	PROCIDADES – DISTRITO FEDERAL - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – ADEs	
<b>Número do Projeto:</b>	BR-L1076	
<b>Equipe do Projeto:</b>	Márcia Casseb (FMM/CBR), chefe de equipe; Fernanda Magalhães (FMM/CBR), Carlos Guaipatin (SLC/SCT); Fabrizio Operti (INT/INT); Victoria F. Toro (INT/INT); Eduardo Sierra (FMM/CBR); Rodrigo Beraldo e Cynthia Colaiacovo (LEG/SGO); Catalina Gómez (FMM/CBR); Diomira Farias, José A. Rodrigues, Jose R. Cisternas, Marisa Teixeira, (Consultores); e Paula Cabral (CSC/CBR).	
<b>Mutuário:</b>	Distrito Federal - DF	
<b>Órgão executor:</b>	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SDET	
<b>Plano de financiamento:</b>	<u>Fonte</u>	<u>Montante US\$</u>
	IDB (CO)	41,4 milhões
	Local	<u>17,7 milhões</u>
	Total	<u>59,1 milhões</u>
<b>Salvaguardas:</b>	Políticas identificadas:	B.5
	Categoria:	B

#### II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

##### A. Situação do Distrito Federal

- 2.1 O Distrito Federal - DF foi criado em 1957 como uma unidade especial da Federação, localiza-se na Região Centro-Oeste, constituindo-se em um quadrilátero inserido no centro-leste do Estado de Goiás. Ocupa uma área de 5.789 km<sup>2</sup>, equivalente a 0,06% da superfície do Brasil e foi constituído para abrigar Brasília<sup>1</sup> capital da república e centro político-administrativo do país. Entre 1991 e 2000 a população cresceu, em média, 2,82% ao ano. Estimativas baseadas nos dois últimos censos do IBGE apontam para uma população de 2.483.505 habitantes em 2008<sup>2</sup>. O DF é formado por 29 Regiões Administrativas – RAs e juntamente com seu entorno compõe, desde 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE<sup>3</sup>, um aglomerado urbano formado em função da atração exercida por Brasília, hoje um pólo de influência política e econômica nacional.
- 2.2 De acordo com o IBGE, em 2006 o DF contribuiu com 3,8% do PIB nacional sendo a 8ª economia entre as unidades da Federação. No mesmo ano, o PIB per capita foi de R\$37.600.<sup>4</sup> O IDH passou de 0,799 em 1991 para 0,849 em 2003, bem acima da média brasileira, que era de 0,788.

<sup>1</sup> Brasília é formada pelo Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte) - projetado por Lúcio Costa, vencedor do concurso em 1957 para o projeto urbanístico da Nova Capital - e adjacências.

<sup>2</sup> A densidade demográfica do Distrito Federal passará de 354,31 habitantes/km<sup>2</sup>, no ano 2000, para 445,79 em 2010<sup>2</sup> e a taxa de urbanização do DF é, de aproximadamente 95%.

<sup>3</sup> A RIDE é composta do DF, de 19 municípios do Estado de Goiás e de 4 municípios do Estado de Minas Gerais.

<sup>4</sup> É a maior renda *per capita* do País, cerca de três vezes o nacional (R\$ 12.688).

## **B. Desenvolvimento Urbano e Econômico**

- 2.3 Apesar de seus bons indicadores econômicos e sociais, a metrópole formada em torno de Brasília apresenta problemas devido a uma excessiva fragmentação da estrutura urbana e à má distribuição da renda, causa de muitas desigualdades sociais. A maioria das RAs transformou-se em cidade-dormitório, que carecem das condições urbanísticas básicas e de oportunidades de emprego para seus moradores. Historicamente observa-se uma tendência de concentração das atividades econômicas e de investimentos no Plano Piloto, área que reúne hoje 70% dos empregos gerados no DF, sendo que 90% das atividades econômicas estão concentradas no Setor Serviços, especialmente no segmento de Administração Pública. Em 2004<sup>5</sup> o conjunto das RAs Brasília, Lago Norte e Lago Sul apresentou uma renda *per capita* mensal de R\$2.197, enquanto em Ceilândia ou São Sebastião, duas cidades satélites, esta renda era de R\$323 e R\$360 respectivamente.
- 2.4 A maior parte da população de baixa renda está concentrada fora do Plano Piloto e mesmo para além dos limites do DF. Ao longo das últimas décadas diversos planos foram implementados com o intuito de melhorar o problema de concentração econômica no Plano Piloto<sup>6</sup>. Em 1996 foi criado o Programa de Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável, o Pró/DF<sup>7</sup>, com o principal objetivo de implementar Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) em diferentes cidades do DF. As ADEs são parcelamentos destinados a abrigar empresas que foram concebidas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentado dos núcleos urbanos das RAs, a partir da promoção do desenvolvimento social e econômico e da geração de empregos a nível local. Porém, desde sua concepção as ADEs careceram de uma análise das potencialidades ou carências dessas regiões, de uma visão estratégica e das vantagens competitivas desses territórios, e de maior integração com o espaço urbano adjacente. Em 2003, foi lançado o Pró/DF II, atual instrumento de fomento do desenvolvimento econômico do DF. O DF tem hoje 33 ADEs espalhadas em diferentes RAs.

## **C. Aspectos Institucionais**

- 2.5 O GDF tem ampla experiência na execução de operações com o Banco, tais como o Programa de Saneamento Básico (1288/OC-BR) e o Programa de Transportes Urbanos do DF (BR-L1018), e com o Banco Mundial (Programa Brasília Sustentável)<sup>8</sup>. Especificamente relevante para o desenho e implantação deste programa é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET), órgão do Governo de Distrito Federal responsável pela formulação e condução da política de desenvolvimento econômico e pela implementação do Programa Pró-DF II. A SDET apresenta em geral boa capacidade institucional, mais não tem

---

<sup>5</sup> PDAD – Distrital de Amostra por Domicílio - 2004

<sup>6</sup> Plano de Desenvolvimento Industrial - PDI (Codeplan, 1990); Programa de Desenvolvimento Econômico do DF - PRODECON (1992); Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES (1995-1998); Plano Diretor de Áreas Econômicas - PDAE (1995).

<sup>7</sup> A primeira fase do programa perdurou até 2003, tendo como objetivo apoiar iniciativas de negócios que produzissem bens e serviços, gerassem empregos e renda e elevassem a geração de receita tributária para o DF.

<sup>8</sup> A execução destas operações corresponde respectivamente às Secretarias de Obras, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

experiência na execução de programas com o Banco. Além disso, o diagnóstico realizado pelo Banco identificou as seguintes debilidades: (i) alta dependência de cargos de confiança no quadro diretivo, composto por técnicos que não pertencem ao quadro funcional do GDF; (ii) alta rotatividade do pessoal técnico das sub-secretarias; e (iii) insuficiente capacidade técnica dentro do quadro de funcionários públicos alocados. Será realizada análise institucional para complementar às existentes para alguns órgãos envolvidos indiretamente com o programa, sendo que o foco será a avaliação da SDET.

#### **D. Estratégia do Distrito Federal e do Programa**

2.6 O DF possui como instrumento básico de sua política territorial o Plano de Ordenamento Territorial (PDOT)<sup>9</sup>, que abrange todo o seu espaço físico e regula a localização dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e sociais da população. O PDOT tem como um de seus principais objetivos assegurar a distribuição justa e equilibrada das oportunidades de emprego e renda no DF. A partir das diretrizes do PDOT, a SDET formulou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PDES<sup>10</sup>, um plano estratégico de ação orientado ao curto e ao longo-prazo, que pretende fortalecer as condições de competitividade do DF no período de 2007/2010. A operação proposta apoiará às estratégias da SDET, em particular seu principal programa - o Pró-DF II, buscando consolidar as ADEs dentro de uma visão mais integrada, atuando especialmente na solução dos problemas urbanísticos e de competitividade empresarial das empresas ali instaladas. Além disso, o programa também contribuirá a melhorar a estruturação da SDET e para o desenvolvimento de mecanismos e programas específicos que assegurem a consecução da sua agenda e objetivos no longo prazo.

#### **E. Objetivos e Resultados Esperados**

2.7 O Programa ADEs PROCIDADES busca promover a diversificação das atividades econômicas do DF em bases sustentáveis, fortalecer a SDET como órgão responsável pela condução da política de desenvolvimento econômico do DF e consolidar as ADEs como estratégia de desenvolvimento econômico local. As intervenções diretas do programa ocorrerão em até 15 ADEs<sup>11</sup> por meio: (i) da requalificação urbana e da implantação de infra-estrutura adequada; (ii) da implementação de diferentes mecanismos, atividades de apoio às empresas em sua instalação e funcionamento, e do eficiente apoio aos empresários na execução de suas atividades; e (iii) da atualização de suas bases tecnológicas e apoio aos trabalhadores de forma a contribuir para sua capacitação e crescimento profissional.

2.8 O programa está estruturado em três componentes, conforme descrito a seguir:

a. **Componente I: Desenvolvimento Institucional e Estratégico:** As atividades a serem financiadas pelo componente estão assim estruturadas: (i) consolidação

<sup>9</sup> Lei nº 353, de 18 de novembro de 1992. , O PDOT encontra-se em fase de revisão na Câmara Distrital do DF.

<sup>10</sup> Lei nº 3994, de 26 de junho de 2007

<sup>11</sup> As ADEs propostas na Carta-Consulta foram agrupadas em 4 categorias em função principalmente do grau de ocupação (alto ou baixo) e de uso empresarial e ou misto (também residencial). Seis (6) ADEs, de diferentes categorias, foram escolhidas como amostra do Programa. A amostra das ADEs será detalhada no POD.

de uma estratégia territorial para o desenvolvimento do DF, envolvendo diferentes atores; (ii) análise do ambiente de negócios do DF e proposta de mecanismos visando melhorar a competitividade empresarial; (iii) fortalecimento institucional da SDET e de outras secretarias envolvidas com a execução do programa a partir da capacitação para funcionários, aquisição de equipamentos e sistemas, entre outras atividades; e (iv) planos de ação para apoiar na melhoria de competitividade das empresas situadas nas ADEs.

- b. **Componente II: Programa de Atração de Investimentos “Brasília Global”:** desenvolverá atividades estratégicas destinadas a complementar o Componente I, mediante a promoção de investimentos e a diversificação das atividades econômicas a nível de todo o DF. Estas atividades incluem a análise do marco institucional e legal e estudos setoriais de pré-viabilidade para Investimento Externo Direto (IED), promoção de instrumentos para captação de investimentos externos, elaboração de planos de desenvolvimento de fornecedores setoriais e encadeamento produtivo.
  - c. **Componente III: Urbanismo e Desenvolvimento Socioeconômico das ADEs:** Este componente desenvolverá ações de um Plano de Negócios proposto para cada ADE incluindo: (i) sistema viário e rede de transporte público; dotação de equipamentos urbanos tais como praças, pontos de ônibus, refeitórios, centros de capacitação e comércio local entre outros; rede de energia elétrica e iluminação pública; rede de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial; (ii) implantação de empreendimentos de apoio produtivo com serviços e equipamentos compartilhados para acesso aos empresários; (iii) atividades de capacitação para empresários e empregados; e (iv) estudos e projetos.
- 2.9 O impacto do programa será medido por meio dos seguintes indicadores: (i) incremento do lucro operacional gerado nas ADES devido à implantação em seu território de empreendimentos de diferentes setores econômicos; (ii) valorização imobiliária dos terrenos situados no entorno das ADEs; (iii) aumento da renda incremental gerada a partir de empregos diretos novos a serem gerados com a implantação das ações do programa; e (iv) aumento dos IEDs no DF.

### III. ASPECTOS DE DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 Mais do que unicamente prover infra-estrutura nas ADEs, o desenho do programa está considerando atividades específicas para lograr os seguintes aspectos: (i) melhoria da gestão integrada das ADEs em funcionamento por parte da SDET; (ii) aumento da qualificação técnica da SDET para implementação de suas estratégias de desenvolvimento econômico; e (iii) melhoria do ambiente de negócios do DF como uma forma de fomentar a diversificação das atividades econômicas e o acesso das populações mais carentes das RAs ao emprego e à renda.
- 3.2 Este programa cumpre com as condições e requisitos estipulados no mecanismo de crédito PROCIDADES, e está sendo desenhado em uma parceria entre três

áreas do Banco - ICF/FMM, SLC/SCT e INT/INT - o que exige um esforço de integração de idéias, estratégias e experiências do Banco em programas desenvolvidos pelas diferentes divisões. As principais lições extraídas desta experiência são: (i) a necessidade de desenvolver a competência interna da SDET como a instituição líder no desenvolvimento da política econômica do GDF em geral, e do Pró-DF II em particular; e (ii) a possibilidade de mudança da estratégia do GDF em relação à instalação de áreas de desenvolvimento para um enfoque mais territorial.

#### IV. SALVAGUARDAS E AVALIAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 4.1 **Salvaguardas.** De acordo com a Política de Salvaguardas Ambientais do Banco, a classificação do Programa é B (Anexo II). A Estratégia Ambiental e Social da operação (Anexo III) inclui a preparação de um informe de Análise Ambiental, o qual estará disponível ao público antes da apresentação do POD e incluirá os seguintes aspectos: (i) impactos sociais e ambientais do programa; (ii) definição dos procedimentos sócio-ambientais a serem adotados; e (iii) necessidades de recursos para o adequado monitoramento ambiental do programa. Os impactos adversos previstos são temporais e de baixa intensidade, ocorrendo essencialmente durante a execução das obras.
- 4.2 **Avaliação Fiduciária.** Foi realizada uma análise financeira em 2007 no contexto da preparação do Programa de Transportes do GDF para avaliar a capacidade de endividamento do DF, que será atualizada até a conclusão do POD. Nela se confirma que o GDF cumpre com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, possui capacidade financeira suficiente para aportar a contrapartida e honrar os encargos financeiros da operação com o Banco.

#### V. OUTROS TEMAS

- 5.1 Diferentes órgãos da administração pública distrital participarão da implementação do programa, em função da diversidade de ações previstas: estarão diretamente envolvidas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET), a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAN) e a Secretaria de Obras (SO)<sup>12</sup>. Como a SDET não tem experiência na execução de programas internacionais, propõe-se a contratação de uma empresa de consultoria de apoio ao gerenciamento para dar suporte à UGP na condução do programa.

#### VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 Este Programa foi registrado no *Pipeline* em 4 de outubro de 2006 dentro do marco de mecanismo creditício do PROCIDADES. Os Anexos III e V detalham esses acordos e estabelecem os passos necessários para alcançar a distribuição do POD em 28/08/2009 e os recursos administrativos requeridos para financiar a realização de 2 missões (US\$34.596) e contratação de consultores (US\$26.000).

---

<sup>12</sup> Outras secretarias e instituições atuarão complementarmente: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA); Secretaria de Ciência e Tecnologia; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB); Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP); e Companhia Energética de Brasília (CEB).

## **Anexo I**

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

## SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

<b>PROJECT DETAILS</b>	<b>IDB Sector</b>		Urban Development and Housing	
	<b>Project Type</b>		Investment Loan	
	<b>Additional Operation Details</b>			
	<b>Country</b>		Brazil	
	<b>Project Status</b>		New Operation	
	<b>Investment Checklist</b>		Urban Development	
	<b>Team Leader</b>		Márcia Casseb	
	<b>Project Title</b>		PROCIDADES – DISTRITO FEDERA;L	
	<b>Project Number</b>		BR-L1076	
	<b>Safeguard Specialist(s)</b>		Marisa Teixeira - Consultora	
	<b>Assessment Date</b>		2009-01-13	
	<b>Assessment Number</b>		2009-01132119-2	
	<b>Additional Comments</b>			
<b>SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS</b>	<b>Project Type</b>		Investment Loan	
	<b>Safeguard Policy Items Identified (Yes)</b>		An Environmental Assessment is going to be performed. <a href="#">(B.05)</a>	
	<b>Potential Safeguard Policy Items (?)</b>		No potential issues identified	
	<b>Recommended Action</b>		Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.  <i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	
	<b>Additional Comments</b>			
<b>ASSESSOR DETAILS</b>	<b>Name of person who completed screening:</b>			
	<b>Title</b>			
	<b>Date</b>		2009-01-13	

## SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to ESR.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

<b>PROJECT DETAILS</b>	<b>IDB Sector</b>		Urban Development and Housing	
	<b>Project Type</b>		Investment Loan	
	<b>Additional Operation Details</b>			
	<b>Country</b>		Brazil	
	<b>Project Status</b>		New Operation	
	<b>Investment Checklist</b>		Urban Development	
	<b>Team Leader</b>		Márcia Casseb	
	<b>Project Title</b>		PROCIDADES – DISTRITO FEDERAL	
	<b>Project Number</b>		BR-L1076	
	<b>Safeguard Specialist(s)</b>		Marisa Teixeira - Consultora	
	<b>Assessment Date</b>		2008-11-14	
	<b>Assessment Number</b>		2008-11140857-2	
<b>Additional Comments</b>				
<b>PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY</b>	<b>Project Category:</b> C	<b>Override Rating:</b> B	<b>Override Justification:</b> Reduce: other (add details in final report)  <b>Comments:</b>	
	<b>Conditions/Recommendations</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Category "B" operations normally require an environmental impact analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements).</li> <li>• However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary.</li> <li>• The Project Team must send to ESR the PP or PCD (or similar) containing the E&amp;S Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) plus the Safeguard Policy Filter and Screening Form Reports.</li> <li>• These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP).</li> </ul> <p style="text-align: right; font-size: small;"><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>		
<b>SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS</b>	<b>Identified Impacts/Risks</b>		<b>Potential Solutions</b>	
	No issues identified			
<b>ASSESSOR DETAILS</b>	<b>Name of person who completed screening:</b>		<b>Date:</b>	
	<b>Comments:</b>			

**PERFIL DE PROJETO**  
**BRASIL**  
**PROCIDADES – DISTRITO FEDERAL**  
**Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – ADEs**  
**(BR-L1076)**  
**ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL**

1. Como se descreve no Perfil do Programa, as obras têm como objetivo principal dotar as Áreas de Desenvolvimento Econômico, ADEs de infra-estrutura de saneamento (esgotos e drenagem), assim como de vias públicas asfaltadas para a boa acessibilidade e escoamento da produção industrial. Portanto, prevê-se que produzirão efeitos sociais e ambientais benéficos à qualidade de vida dos beneficiários diretos e ao meio ambiente afetado. Todavia, pela natureza das obras de engenharia, que incluem construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário, drenagem urbana, abertura e asfaltamento de vias, podem ocorrer impactos ambientais e sociais moderados, localizados e de duração transitória, para os quais deverão ser elaboradas medidas de mitigação e eventual compensação. Ressalta-se que as intervenções não gerarão a necessidade de reassentamento involuntário de famílias ou negócios.
2. Os principais impactos ambientais positivos associados com obras de construção ou ampliação de sistemas de saneamento básico são a melhoria da qualidade da água, o afastamento e tratamento dos esgotos e o aumento da prestação dos serviços à população. No caso das ADEs, além da melhoria da infra-estrutura de saneamento e viária, haverá também o incremento da melhoria dos serviços prestados aos trabalhadores das indústrias alocadas nas áreas, com a proposta de melhora de transporte público, acessibilidade e segurança e oferecimento de serviços comuns hoje inexistentes (áreas de alimentação e descanso, locais de pequeno comércio e serviços etc.).
3. Os principais impactos ambientais negativos esperados para o Programa referem-se à etapa de construção das obras de infra-estrutura, os quais deverão ser mitigados por ações de controle ambiental de obras, que deverão estar contidas num programa de controle previsto nos Termos de Referência do Relatório de Avaliação Ambiental descrito no parágrafo 6 desta Estratégia.
4. Além dos impactos de infra-estrutura, prevê-se a ocorrência de impactos positivos decorrentes da implantação das ações de apoio às atividades produtivas, que deverão ser detalhadas no Plano de Estratégias do Componente de Fortalecimento Institucional. O Plano deverá desenvolver ações e atividades de:
  - 4.1. Estudos de análise setorial;
  - 4.2. Estudos específicos de consultoria para analisar modelos de cessão de terras nas ADEs;
  - 4.3. Estudo de consultoria para melhorar o marco de incentivos para atração de empresas;
  - 4.4. Estudos de consultoria para melhorar o diálogo setorial dentro da ADE;
  - 4.5. Ferramentas de apoio na criação e desenvolvimento de novas empresas;

- 4.6. Sistemas de inteligência comercial, entre outros.
5. Esse Plano ainda encontra-se em fase muito incipiente, razão pela qual não é possível, neste momento de preparação do Programa, avaliar o alcance de suas ações, o que será verificado no quando da realização da avaliação ambiental e social do Programa, junto ao POD, e o IGAS deverá incluir não somente os impactos do Programa como tal (diretos, indiretos, cumulativos), mas também das entidades associadas, que são as futuras empresas beneficiárias, e a descrição das medidas mitigadoras.
  6. De acordo às diretrizes da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) a operação proposta foi classificada pela equipe de projeto na categoria B, modificando classificação inicial do SSF. Por orientação do Banco, e de acordo à classificação da operação, UPP contratou a elaboração de Relatório de Avaliação Ambiental, com respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social (RAA e PGAS). Para tanto, o Banco forneceu ao Governo do Distrito Federal o Termo de Referência da avaliação ambiental, que complementarará o processo de avaliação e licenciamento ambiental já em andamento para cada uma das Áreas de Desenvolvimento Econômico. Durante a preparação da operação a análise ambiental e os procedimentos de consulta pública com os interessados serão revisados e serão formuladas as recomendações pertinentes.

**PERFIL DE PROJETO****BRASIL****PROCIDADES – DISTRITO FEDERAL****Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs  
(BR-L1076)****ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS**

<b>Setor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Datas</b>
Opções técnicas e de desenho	<p>Relatório de Urbanismo e Desenvolvimento Socioeconômico das Áreas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - Plano de Negócios</p> <p>I. Plano de Investimentos - Intervenções urbanas, de infraestrutura e de macro-estrutura: Estudos de Viabilidade; Projeto Básico; Projeto Executivo para obras a serem realizadas nas 6 ADEs da amostra: (1) Pólo JK; (2) Setor de Múltiplas Atividades do Gama; (3) Setor de Depósito de Materiais de Construção da Ceilândia; (4) Setor de Indústria da Ceilândia; (5) Área de Desenvolvimento Econômico Centro-Norte da Ceilândia; e (6) Área de Desenvolvimento Econômico do Núcleo Bandeirante.</p> <p>II. Plano de estratégias e ações de apoio às empresas, empresários e trabalhadores;</p> <p>III. Proposta de organização das ADEs;</p> <p>IV. Cronograma, monitoramento e plano de implantação;</p> <p>V. Principais riscos e estratégias de contingências.</p>	Maio 29/09
	<p>Competitividade – “Programa Brasília Global”</p> <p>I - Validação dos componentes e atividades propostas para o Programa;</p> <p>II - Justificativa da proposta relativamente à sua contribuição ao objetivo geral do componente,</p> <p>III. Proposta detalhada das atividades validadas para cada um dos componentes;</p> <p>IV. Detalhamento individualizado dos custos envolvidos;</p> <p>V. Cronograma detalhado de execução em 4 anos;</p> <p>VI. Elaboração de uma proposta com indicadores verificáveis.</p>	Abril 30/09
Análises institucionais e outros aspectos da capacidade para a implementação	Proposta final do componente de fortalecimento institucional.	Abril 30/09
Custos do Programa	Quadro de Custos do Programa (Final até completar os desenhos dos projetos da amostra representativa)	Abril 30/09

<b>Setor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Datas</b>
Análise de custo do projeto e viabilidade econômica	Informe final de viabilidade socioeconômica de intervenções e orientações para a análise do restante dos projetos.	Maio 29/09
Análise financeira/aspectos fiduciários e controles	Informe final de viabilidade institucional e financeira, incluindo: (i) avaliação fiduciária; (ii) gestão administrativa e de aquisições; (iii) aspectos de controle interno e externo; (iv) avaliação institucional; e (v) capacidade de implementação.	Abril 30/09
Coleta de informações e análise para preparação de resultados	Versões finais dos diagnósticos setoriais do GDF (insumos para a definição da Linha de Base de indicadores).	Maio 29/09
Atores chave e o ambiente político	As intervenções seguem as diretrizes do Plano de Ordenamento Territorial – PDOT do DF e do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – PDES da SDET, e foram propostos e desenvolvidos em conjunto com as instâncias formais de planejamento do DF. Foram realizadas pesquisas censitárias nas ADEs e será realizada uma consulta pública com os principais atores, incluindo comunidades das cidades a serem beneficiadas e com os empresários do setor privado envolvidos com as ADEs.	Maio 29/09
Aquisições	Plano de Aquisições	Maio 29/09
Salvaguardas ambientais e sociais	Relatório da Avaliação Ambiental – RAA Versão final do Informe de Avaliação Ambiental, incluindo Critérios Sócio-Ambientais de Elegibilidade.	Maio 29/09

## **Anexo V**

Este anexo fue extraido por ser confidencial.